COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

REQUERIMENTO N.º DE 2011. (Do Sr. Delegado Protógenes)

Requer a realização de Audiência Pública da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado para debater a decisão do governo Boliviano de legalizar todos os veículos importados que circulam sem documentos no país

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de audiência pública para debater a decisão do governo Boliviano de legalizar todos os veículos importados que circulam sem documentos no país.

Requeiro ainda que sejam convidados a participar desta Audiência o **Jose Alberto Gonzales Samaniego**, embaixador da Bolivia, **Sérgio Antonio Reze**, Presidente da Fenabrave (Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores), **Representante da Policia Polícia Federal** e **do Ministério Público Federal**.

JUSTIFICAÇÃO

"A recente ação do governo boliviano, de legalizar todos os veículos em circulação naquele país, além de ter causado celeuma internacional, pode ter incentivado bandidos a passarem mais carros roubados", avalia o delegado Cláudio Martins, responsável pelas recentes investigações e prisões em Minas Gerais.

Segundo o site do Correio do Estado, o número de veículos de origem estrangeira e em situação irregular que circulam na Bolívia - a maioria deles de procedência do Brasil e da Argentina - surpreendeu as próprias autoridades do país: o cadastro exigido pela lei de anistia, encerrado na última sexta-feira, apontou 128.059 automóveis sem

documentos. A Direção de Prevenção Contra Roubo de Veículos (Diprove) vai pedir mais prazo para vistoria – a lei estabelece 90 dias.

A Fenabrave (Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores), divulgou nota assinada pelo seu presidente, Sérgio Antonio Reze, manifestando estarrecimento e revolta com a lei que passa a vigorar na Bolívia autorizando a regularização de veículos que transitam por lá sem a devida documentação.

Segundo a nota, a permissão para que veículos de origem duvidosa, em sua maioria subtraídos de países vizinhos, passem a ser aceitos em território boliviano como produtos provenientes de legítima comercialização torna-se escandalosa e envergonha toda a América do Sul. Além disso, os bens como automóvel e caminhão, e outros veículos motorizados, servem, comumente, de moeda no tráfico de drogas e armas.

A Fenabrave, como entidade que representa mais de seis mil concessionários de veículos no Brasil, que geram mais de 290 mil empregos diretos e responde por 5% do PIB Nacional pede uma ação imediata do governo federal, na certeza que serão adotas as medidas necessárias e urgentes que o assunto requer, pois a entidade considera o ato de legalizar o produto de crime uma verdadeira afronta aos direitos humanos.

Pelo exposto, solicito aos nobres colegas a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, ____ de Junho de 2011.

Deputado **Delegado Protógenes** PCdoB-SP